



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
Nº /2021

(Da Sra. Deputada **PROFESSORA ROSA NEIDE e outros**)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Retorno Seguro às aulas, a vacinação dos profissionais da educação e os riscos para professores, professoras e estudantes na pandemia.

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 24, Inciso III, XIII e XIV, combinado com os Artigos 32, IX e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Requeiro a Vossa Excelência, ouvido o colegiado desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater o Retorno Seguro às aulas, a vacinação dos profissionais da educação e os riscos para professores, professoras e estudantes na pandemia, em parceria com a Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e em Respeito ao Profissional da Educação.

Para esta finalidade sugerimos que sejam convidados, entre outros(as):

Representação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)
Representação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
Representação do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED)
Representação da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES)
Dra. Natalia Pasternak Taschner (IQC)
Ethel Maciel (UFES)
Representação do Ministério da Saúde
Representação do Ministério da Educação
Representação do Fórum de Parlamentares das Comissões de Educação das Assembleias Legislativas

JUSTIFICAÇÃO

No dia 14/01, foi lançado o movimento “Profissionais da Educação: vacina já!”, capitaneado por vários deputados federais como o Idilvan Alencar (PDT-CE) e a Deputada Professora Dorinha Seabra (DEM-TO), ao qual nos somamos. A campanha pede que os profissionais de educação tenham prioridade na vacinação contra a Covid-19. O movimento tem apoio de muitas entidades educacionais, como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), e o movimento Todos Pela Educação, que estiveram presentes em evento on-line de lançamento no último mês de janeiro. Governadores(a) e prefeitos também se posicionam a favor. É preciso garantir efetividade nesta demanda!





A Organização Mundial da Saúde (OMS) sinaliza que mais de 1,5 bilhão de estudantes foram afetados pelo fechamento das escolas no mundo todo. Sabemos que quanto mais tempo um estudante fica longe da escola, maiores são as chances de abandoná-la, o que será um enorme prejuízo adicional para nossa população.

Não é por outra razão que a reabertura das escolas está no centro do debate educacional por todo o país. Sua importância é um consenso entre a comunidade educacional, gestores, profissionais da educação, pesquisadores e, sobretudo, desejo de estudantes. Contudo, o retorno deve ser seguro e, por isso, o debate gira em torno de quando isso deve acontecer, e sob quais condições. Uma delas é a vacinação e, uma via, é a priorização dos trabalhadores em educação, com maior relevo e celeridade.

Doutora em epidemiologista e pesquisadora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Ethel Maciel destacou em debate que estudos recentes trazem novas informações e evidências de que a escola é um importante local de transmissão da Covid-19 e que as crianças são grandes transmissoras. No Reino Unido, escolas se mostraram locais de transmissão mais importantes que os hospitais. De acordo com relatórios da Public Health England, agência governamental de saúde pública britânica, 26,5% dos surtos de infecção entre outubro e dezembro de 2020 tiveram ligação com escolas e instituições educacionais, enquanto apenas 8% ocorreram em hospitais (ver mais em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/cnte-namidia/73692-na-fila-da-vacinacao>, acesso em 04/02/2021).

Sabemos que a vacinação de todos e todas é um dever do Estado brasileiro e deve ser garantida. Sabemos, também, que dada a indisponibilidade de vacinas para todos e todas, no atual momento, é realizada uma priorização de setores e grupos mais vulneráveis dentro do Planejamento mais amplo que deve estar sob coordenação do Executivo Federal, em cooperação com estados, Distrito Federal e municípios.

Se queremos um retorno seguro às aulas, nos parece coerente que tais profissionais da educação sejam, primeiro protegidos da exposição ao vírus com um retorno, sem condições, às aulas presenciais, tal como nossos estudantes. De igual maneira, é preciso monitorar se os grupos prioritários, entre eles profissionais da educação, realmente estejam contemplados no Plano Nacional de Imunização e seus desdobramentos nos entes federativos, com a máxima celeridade.

Para priorizar este processo de discussão e pactuação, neste grave quadro da Pandemia, é que solicitamos o apoio dos parlamentares na aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de Março de 2021.

Deputada **PROFESSORA ROSA NEIDE**
PT-MT

